



**DESCOLONIZAR  
A MEMÓRIA  
—  
DESCOLONIZAR  
OS  
FEMINISMOS**

**ADRIANA GUZMÁN**



*Descolonizar a memória*  
*Descolonizar os feminismos*

Adriana Guzmán Arroyo

Feminismo Comunitário Antipatriarcal

Qullasuyo Marka, Bolívia



*Às irmãs que resistem diante da privatização  
das lutas, às que se posicionam diante da  
violência, venha de quem vier, às que abrem  
caminho no feminismo comunitário hoje  
urgentemente Antipatriarcal*

Adriana G. Arroyo



## Nota da edição

O presente texto foi traduzido do original em espanhol a partir de sua reedição pelo editorial Tarpuna Muya, em 2019, La Paz, Bolívia. Procuramos manter a estrutura dessa edição.

A primeira edição foi publicada em 2014 como parte do livro *Tejido de la Rebeldía*, que foi tirado de circulação devido às denúncias de violência contra Julieta Paredes, co-autora desse texto.

Essa tradução tem como motivação a difusão de saberes de mulheres de Abya Yala, bem como de movimentos e coletividades construídas a partir de uma perspectiva de luta marginal que compreende o corpo como território de luta e disputa. Os confrontos e frentes de resistência abordados na obra desde um ponto de vista anticolonial trazem à tona a necessidade constante de articulação entre mulheres, e suas críticas ao feminismo eurocêntrico, acadêmico e individualista-liberal apontam para a urgência de construções artesanais, anti-sistêmicas e comunitárias entre nós, a partir de nossos corpos e do chão que pisamos.

**AUTONOMIA,  
DESCOLONIZAÇÃO  
SÃO NOSSOS  
CORPOS  
SÃO NOSSOS POVOS  
É NOSSA DECISÃO**

**FCA**



# DESCOLONIZAR A MEMÓRIA DESCOLONIZAR OS FEMINISMOS

Antes, compartilhamentos importantes.....	1
Maya (1): Não existe história universal, nem mesmo no feminismo.....	5
Paya (2): Descolonizar a temporalidade.....	12
Kimsa (3): As adjetivações dos feminismos.....	18
Pusi (4): Nem igualdade, nem diferença: comunidade.....	24
Phisqa (5): Outro/outros feminismos?.....	26
Suxta (6): Feminismo na América Latina e no Caribe.....	32
Paqallqu (7): Feminismos sistêmicos e feminismos anti-sistêmicos.....	42
Comunicado “nada justifica a violência!” .....	47
Comunicado 2/ “Violência de Julieta Paredes” .....	52
Bibliografia.....	54

*Recuperamos os números em aimará para nomear cada seção deste livro, lutamos por uma recuperação política do nosso idioma, não da gramática, o assumimos como um ato de descolonização.*

## Antes, compartilhamentos importantes

Antes de começar a caminhar pelo território das palavras, território de luta e disputa de sentidos, sentires e significados para nós como feministas comunitárias hoje antipatriarcais, compartilhamos com vocês a memória desta necessidade urgente de descolonizar o feminismo.

Não viemos do feminismo, mas da luta na rua contra o patriarcado, nos organizamos no massacre do gás do ano de 2003 em El Alto e La Paz<sup>1</sup> diante das balas de militares, atiradores e fuzileiros comandados pelo então presidente Gonzalo Sánchez de Lozada, presidente gringo genocida que mandou matar as índias, índios, empobrecidos, porque para eles nossas vidas não valem. Diante das balas militares entendemos o patriarcado capitalista racista colonialista explorador, e longe das balas militares, nas casas diante de nossos companheiros que nos violentam e também nos matam, entendemos a estrutura da violência; o patriarcado disciplinador, onde o feminismo eurocêntrico, herdeiro da revolução francesa, certamente não alcançava.

O feminismo não se estuda, se faz. Nos definimos feministas para enfrentar o patriarcado das ruas, dos governos e das casas, decidimos nos chamar assim porque entendemos que a luta não é biológica, mas política, nem todas as mulheres querem acabar com o patriarcado, e as feministas assumem a responsabilidade de fazê-lo, depois descobrimos que nem todos os feminismos lutam contra o patriarcado, mas isso foi depois.

---

<sup>1</sup> O massacre do gás foi o estopim da chamada “Guerra do Gás”, um conflito relacionado à exploração das reservas de gás natural na Bolívia. Indignada com a decisão do então presidente do país, o empresário Gonzalo Sánchez de Lozada, de exportar o gás natural a preços muito baixos, sem que houvesse uma política para abastecer o mercado interno, a população de El Alto, junto com outros povos andinos, se organizou contra a exportação. Em 13 de outubro de 2003, os militares dispararam contra a população, matando mais de 60 pessoas.

A luta se faz a partir do corpo, não dos livros nem da teoria, isso pode contribuir, mas não mobiliza, as opressões sim, a raiva digna como dizia a irmã Betty Cariño sim, então fomos construindo um feminismo que nos servisse, a partir destes nossos corpos, destes territórios de Abya Yala, um feminismo útil para nossas lutas, um feminismo que coloca a comunidade como forma de vida da humanidade como parte da natureza, a comunidade como auto-organização e autodeterminação.

O feminismo europeu certamente serve para a Europa, mas em Abya Yala o feminismo eurocêntrico não alcança e reproduz cumplicidades racistas e coloniais com o sistema, em última análise as lutas das feministas na Europa e nos Estados Unidos respondiam aos seus corpos e opressões que obviamente, entendendo o fato colonial de 1492, a invasão, genocídio e violação sistemática de nossas avós, entendendo a conexão patriarcal, não são as mesmas opressões que vivem nossos corpos.

Não é uma competição, não se trata de deslegitimar as contribuições que deram, se trata de reconhecer que respondem a outros corpos, outras realidades e outras memórias, se em sua memória está Simone de Beauvoir, na nossa está Bartolina Sisa, não queremos que nos imponham uma memória feminista, cada uma tem suas avós, viemos das lutas dos povos não da academia, só isso.

Descolonizar o feminismo ou os feminismos é compreender, nomear e caracterizar o patriarcado que vivemos nestes territórios das mulheres originárias, negras, empobrecidas, desobedientes com a imposição heterossexual, compreendê-lo para acabá-lo.

As lutas não são propriedade privada, as palavras também não, o feminismo não nasceu na França, nasceu e nascerá em todo território onde enfrentamos o sistema patriarcal de morte, as palavras não se privatizam, os sentidos se constroem e se disputam, isso também é autonomia, isso é descolonizar nossos corpos e nossos pensamentos, por isso nomeamos e colocamos em palavras escritas esta luta.

Adriana

## DESCOLONIZAR A MEMÓRIA DESCOLONIZAR OS FEMINISMOS

*Não se trata de falar da descolonização,  
se trata de descolonizar*

O que apresentamos neste texto não é um manual de como descolonizar a memória, não se trata de dizer como se descoloniza, mas de fazê-lo, de descolonizar o feminismo, suas abordagens teóricas e a legitimação de só uma parte de suas lutas e de suas lutadoras. Esta é uma necessidade inevitável do feminismocomunitário como exercício de sua autonomia epistemológica e histórica, recuperar a memória descolonizando-a, denunciando suas leituras e classificações arbitrárias, que representam um feminismo de primeira e outro de segunda, relação na qual elas têm que ensinar e nós temos que aprender e “evoluir”. A isto, nos negamos e apresentamos nossa própria leitura, que, claro, não as invisibiliza, mas as questiona.

Apresentamos então uma espécie de recontagem das histórias das lutas das mulheres e dos feminismos, para descolonizar a memória, sem intenção de fazer uma cronologia e antes de denunciar as classificações existentes como as ondas do feminismo ou aquelas que giram em torno da modernidade eurocêntrica e egocêntrica, apresentamos um posicionamento político reafirmando que não existe história universal, nem mesmo do feminismo, que a temporalidade tem que ser descolonizada, que não somos filhas do iluminismo, não queremos um feminismo com apelido ou adjetivo mas com proposta, não defendemos igualdade, nem diferença, mas a comunidade, recolhendo nossa memória da América Latina e do Caribe e principalmente a memória da comunidade Mujeres Creando<sup>2</sup>, que nos permite construir a proposta do

---

<sup>2</sup> Mujeres Creando é um movimento feminista e anarquista fundado em 1992 em La Paz, Bolívia, em resposta à intensificação do contexto neoliberal no país e no mundo e ao sexismo e patriarcado institucionalizados, e que tem a rua como principal espaço para suas atividades, utilizando principalmente o grafite e a

feminismocomunitário e reconhecer que houve e há feminismos sistêmicos e feminismos anti-sistêmicos, isto é, feminismos que buscam um lugar no sistema de opressões e outros que lutam contra este.

### ***Maya: Não existe história universal, nem mesmo no feminismo***

Então, o que é o universal? Para os filósofos gregos, o universal era o oposto do individual ou particular, contudo, não só se opõe ao particular ou ao diferente, mas o anula e pretende superá-lo, levantando assim um conhecimento, algumas teorias universais, que supostamente se deve cumprir e acatar, alguns valores universais e uma ética universal, uma espécie de absolutismo, de um todo, que também reflete o triunfo da razão sobre a natureza. O universal se propõe como uma estratégia de dominação e colonização dos corpos e das mentes, pois é feito à medida de quem detém o poder, os valores universais de “liberdade, igualdade e fraternidade” da Revolução Francesa, a cidadania e os direitos, por exemplo, são a medida do homem branco e burguês e, portanto, não se aplicam às mulheres, nem mesmo às brancas e burguesas como eles, e menos ainda às índias e índios de Abya Yala que nem sequer eram considerados humanos e muito menos cidadãos. **O universal**, então, é uno e não é neutro, **é uma estratégia de colonização**.

Que melhor exemplo do que a escola, onde aprendemos ano após ano a história universal, que é a história da Europa e dos Estados Unidos, e que nos fez pensar que somos um povo sem história ou com uma menos importante, assim se cria a ideia do desenvolvimento republicano, a ideia de modernização, que até hoje persiste em alguns setores que querem ser a imagem dos países autodenominados “de primeiro mundo”, das e dos

---

performance como expressão. Mais informações: <http://mujerescreando.org/>  
[N.T.]

acadêmicos que acreditam que é preciso validar-se no norte, porque o sul será sempre o sul. Não existe então uma história universal, o que existe é uma imposição de dados e significados a partir de uma hegemonia do pensamento, **então temos que pensar em uma chave pluriversal**, certo?

As classificações “oficiais” do feminismo têm sido feitas principalmente por acadêmicas e deve-se reconhecer que uma coisa é estudar o feminismo e outra é ser feminista. Esta organização da informação, que aparentemente pode ter uma finalidade pedagógica ou didática, é em si um exercício de poder. Não é uma arbitrariedade colonial e colonizadora do feminismo euro-ocidental reivindicarem-se as donas da raiz do feminismo, donas das origens, dizer que é o filho - nem sequer a filha - do iluminismo e da Revolução Francesa e a partir daí ordenar as lutas das mulheres, que se encaixem em seu parâmetro? Essa é uma pretensão universalista.

Uma destas classificações é a que faz Amelia Valcárcel (Valcárcel, 2004) das três etapas ou ondas do feminismo como filosofia política e como prática, a primeira onda corresponde ao feminismo Iluminista, abarca desde suas origens no iluminismo até a Revolução Francesa, século XVIII e parte do XIX para a cronologia europeia, a segunda onda denominada a do feminismo liberal-sufragista que vai desde o manifesto de Seneca Falls (1848) até o fim da Segunda Guerra Mundial, e a terceira onda que começa com as manifestações principalmente estudantis na França (1968), e que, segundo Valcárcel, seguimos vivendo agora no século XXI.

As temáticas ou principais exigências que caracterizaram cada onda, Valcárcel as resume assim:

<b>1ra. Onda F. Iluminista</b>	Reconhecimento da igualdade da inteligência Reivindicação da educação
<b>2da. Onda F. Liberal-sufragista</b>	Acesso a todos os níveis de educação, as profissões e o voto
<b>3ra. Onda F. Contemporâneo</b>	Direitos civis, direitos reprodutivos, igualdade política, papel das mulheres na globalização

Fonte: VALCÁRCEL Amelia *¿Qué es y qué retos plantea el feminismo?* 2004: pág. 4.

Em cada uma dessas ondas, classificação que tem sido assumida por várias feministas, vão sendo identificados marcos, declarações e abordagens que visibilizam feministas europeias, francesas, inglesas, italianas, alemãs, como se o feminismo ou a luta contra o patriarcado só tivesse acontecido naquele lado do mundo. O movimento sufragista na América Latina - também branco e burguês, é claro -, as feministas no movimento operário ou na luta contra as ditaduras, são “dados” que não entram nas ondas, muito menos as lutas anticoloniais de nossas avós indígenas originárias feitas a partir de nossas aldeias e da comunidade.

E a essas lutas queremos nos referir, para reafirmar que não existe história universal, que ninguém diz quando e onde começa a história, mas que há histórias, e vamos recuperar este tempo que para algumas acadêmicas é parte de um feminismo incipiente, intuitivo, talvez elemental, feminismo classe B, que não as reflete porque não cabe nos parâmetros do “verdadeiro” feminismo. Enfim, como graças ao capitalismo transnacional extrativista o território hoje chamado Bolívia não tem mar, nosso feminismo não tem ondas, nos construímos a partir da terra que nos sustém e nos alimenta.



## • **Da perseguição das heresias à caça às bruxas**

Em meados de 1200, Guilherme da Boêmia disse que a redenção de Cristo não havia alcançado a mulher e que Eva ainda não havia sido salva. Ele criou uma igreja de mulheres que era frequentada por mulheres tanto do povo como burguesas ou aristocratas. A seita foi denunciada pela Inquisição no início do século XIV. Ao contrário do que as mulheres esperavam da Reforma Protestante como possibilidade de mudança, ela acabou reforçando a autoridade dos patriarcas, porém, havia grupos radicais como os Quakers, na Inglaterra e Pensilvânia (EUA) onde as mulheres eram Pregadoras, interpretavam a palavra e Deus se expressava por meio delas, esse foi um dos gatilhos para que fossem perseguidas pela Inquisição. As mulheres foram acusadas de fazer um pacto com o diabo e a demonologia foi transformada em uma ciência que construía a imagem do diabo sobre o corpo da mulher, e passou rapidamente da perseguição à heresia para a caça às bruxas, e a mulher se tornou a figura do herege. A acumulação primitiva exigia “a transformação do corpo em máquina de trabalho e a subjugação da mulher para a reprodução da força de trabalho. Fundamentalmente, exigia a destruição do poder das mulheres, o que, tanto na Europa quanto na América, foi conseguido com o extermínio das “bruxas” (Federici, 2010: p.90).

Está claro que essa luta e resistência das mulheres diante de um sistema social, político e econômico que as oprimia e sancionava seus conhecimentos, questionamentos e saberes com a morte, na própria Europa, não está incluída nas ondas do feminismo, e não são consideradas feministas, certamente porque não escreveram suas reivindicações frente aos homens, porque o homem não era o modelo universal a igualar, mas fundamentalmente porque o homem não era o inimigo principal.

## ● Extirpação de idolatrias e resistência de nossas avós

A caça às bruxas também chegou a Abya Yala, com o nome de “extirpação de idolatrias” (Silverblatt, 1990: 146-155) levantada para aprofundar o saque e a colonização, acusava-se homens e mulheres, mas as mulheres eram perseguidas não apenas por praticar a bruxaria, mas por serem as líderes principais na realização de práticas ancestrais de seus povos, denominadas ritos de adoração idolátrica. Nesse mesmo tempo de caça, emergiu o movimento TaquiOncoy, composto principalmente por mulheres que iniciavam um processo de resistência cultural e política, principalmente nos territórios da Bolívia e do Peru, frente a colonização materializada, não apenas nos impostos que deviam pagar, no trabalho forçado nas minas e nos campos de cultivo, mas também na imposição do cristianismo e de um deus castigador.

A partir de uma leitura ocidental e machista, o TaquiOncoy, traduzido como a “doença da dança” (Mesa, 2012: 116), é assumido como um movimento de caráter religioso a partir do qual os índios convocavam a realização de uma nova aliança com seus deuses locais, os *wacas*, para que estes, revividos, dêem a volta ao mundo e destruam os espanhóis enviando doenças e inundações às suas cidades. É assim que interpretam um movimento no qual se articulava um posicionamento político, que convocava a resistência reafirmando sua relação com os *wacas*, chamados erroneamente de “divindades aborígenes”, que são as colinas, as montanhas, o sol, a lua, os animais, ou seja, são materialidade, simbologias e não espíritos, com as quais existe uma relação de respeito e agradecimento dos povos, porque é daí que provém a vida e é para lá também que a vida vai.

As mulheres, chamadas sacerdotisas pela história universal, *yatiris*<sup>3</sup> ou conhecedoras por nós, eram as que reafirmavam as

---

<sup>3</sup> “Yatiris são médicas/os e curandeiras/os comunitárias/os entre os aimarás da Bolívia, Chile e Peru, que usam em sua prática símbolos e materiais como folhas de coca. As/Os

Sin warmi kuty  
no hay pacha kuty  
FCA

[Sem o retorno do tempo  
das mulheres, não há  
retorno do tempo dos  
povos]

práticas ancestrais como forma de resistência, o agradecimento à Pachamama, dar de comer aos *wacas*, práticas que realizavam em locais quase inacessíveis, perto das montanhas ou apachetas<sup>4</sup>. Estas “atividades idolátricas, subversivas” (Silverblatt, 1990: 149) fizeram com que mulheres como Catalina Guacayllano ou Francisca Guacaquillay fossem perseguidas pelos extirpadores de idolatrias, sendo o castigo o exílio nos *obrajes*, que eram centros de produção de telas, tecidos e outros produtos. Em uma tentativa desesperada de manter a cultura que as ligava com outra forma de vida, nossas avós se refugiaram nas alturas formando comunidades autônomas de mulheres, ou, como contam os cronistas, sociedades só de mulheres que resistiam à colônia, pastavam seus rebanhos e se defendiam entre si perante as autoridades, alguns cronistas mencionam suicídios de mulheres indígenas como forma de resistência e infanticídios, matavam seus filhos homens, provavelmente para que não crescessem naquele mundo ou para que não fossem mandados para trabalhar nas minas de onde eles não voltariam.

Para evitar uma leitura romântica da resistência de nossas ancestrais, vale a pena nos perguntar por que as mulheres foram protagonistas do que Irene Silverblatt denomina o submundo das idolatrias (Silverblatt, 1990: 149). Apesar de haver cronistas que relatam que as mulheres realizavam os rituais antes da invasão espanhola, foi também o pacto desigual entre homens, homens espanhóis invasores e homens indígenas invadidos, que as levou a este submundo, pois os homens autoridades indígenas, assim

---

yatiris são uma subclasse especial da categoria mais genérica Qulliri, um termo usado para qualquer curandeira/o tradicional na sociedade aimará.” (Wikipedia) [N.T.]

<sup>4</sup> Apachetas eram montes de pedras que os povos indígenas dos Andes construíam para marcar e sinalizar o caminho e também para agradecer aos deuses incas, como uma espécie de altar. [N.T.]

como os curacas<sup>5</sup> ocuparam um lugar na estrutura do poder colonial, um espaço no público, do qual as mulheres foram relegadas para permanecer na clandestinidade dos “ritos”, este pacto desigual é parte da *conexão patriarcal*, categoria apresentada pelo feminismo comunitário, que abordamos mais adiante.

Essas resistências também não são nomeadas pela história universal do feminismo, que temos questionado, e não se trata, é claro, de incluí-las segundo parâmetros europeus, mas de descolonizar a memória das lutas das mulheres. As lutas e resistências de nossas avós foram anti-sistêmicas, anticoloniais, feitas a partir de seus saberes e a partir da comunidade, não a partir do individualismo burguês liberal. Então a raiz iluminista do feminismo, que as classificações históricas “oficiais” afirmam, simplesmente não é a nossa, porque nós partimos da comunidade.

---

<sup>5</sup> “Um kuraka (quechua para o governador principal de uma província ou autoridade comunal no Tawantinsuyu), ou curaca (grafia hispanizada), era um oficial do Império Inca que ocupava o papel de magistrado, cerca de quatro níveis abaixo do Sapa Inca, o chefe do Império. Os kurakas eram os chefes dos *ayllus* (unidades familiares semelhantes a clãs). Eles serviam como cobradores de impostos e possuíam autoridade religiosa, pois mediavam entre a esfera sobrenatural e o reino mortal. Eles eram responsáveis por garantir que o mundo espiritual abençoasse o mortal com prosperidade e eram responsabilizados caso ocorresse um desastre, como uma seca. Os kurakas desfrutavam de privilégios como isenção de impostos, direito à poligamia e a andar em uma liteira.” (Wikipédia) [N.T.]

## ***Paya: Descolonizar a temporalidade***



**Tradução quadrinho:** 1 - “Diga-me papai, existe o ano que vem?” / “Existe o quê?” 2 - “O ano que vem! Existe realmente? Ou será uma das muitas coisas que dizem que vem e depois não vem!... Hem?” 3 - “Mas Mafalda!... Como não vai existir o ano que vem?!” 4 - “Você o viu?”

Quando falamos de descolonizar a temporalidade estamos denunciando que existe uma temporalidade colonial, uma concepção “única” e linear do tempo, que se impõe como um fato colonizador recorrente que arrebatou nossa memória e nos fixa no futuro. Esta visão linear do tempo incorpora em si a ideia de evolução e progresso, de passar do pior ao melhor, do involuído ao evoluído, do incivilizado ao civilizado, do subdesenvolvido ao desenvolvido, uma corrida pela “evolução” ou melhor, pela dominação.

### **● Olhar com olhos de outro tempo**

Essa mesma concepção linear se reflete na história da “humanidade”, onde não cabem os povos indígenas, uma linearidade que tem um paradigma: a modernidade, sendo o pré-moderno considerado primitivo ou arcaico e o moderno como superação, a partir dessa visão colonial a história da Europa e dos Estados Unidos é lida como única, assumindo, por exemplo, que a história de nossos povos em Abya Yala começa em 1492, como se realmente nos tivessem “descoberto” e antes disso nós não existíssemos. Também não existem histórias paralelas, não existíamos em paralelo, os povos de Abya Yala não constroem a nossa história em referência ao euro-ocidental, embora desde o fato colonial de 1492 nos tenham imposto como um modelo

desejável. Falamos de temporalidades em si, tempos e lutas que se fazem em seu próprio contexto histórico e a partir de sua própria concepção de tempo.

Para nossos povos, principalmente aimará e quechua, o tempo é circular, Timpuxajutirisariwa: o tempo sempre vem e vai, é constante, assim como o círculo que não tem ponto de partida nem meta, não há princípio nem fim, tudo é energia em movimento. Por isso nossas avós e avôs nos dizem que temos que caminhar olhando o passado porque o passado está adiante, pode-se vê-lo, e o futuro está atrás, não se conhece e não se pode ver. Essa outra concepção do tempo é assumida como uma lógica mítica e incivilizada ligada à natureza dos povos primitivos, que depois é superada com a razão, o iluminismo e o relógio.

Nós, a partir do feminismo comunitário acreditamos que a temporalidade deve ser descolonizada, falamos de olhar com olhos que também olham em outro tempo, que recuperam o tempo de nossas avós e suas lutas em comunidade, um tempo que não se foi, que circula, para construir nosso tempo de esperança, de viver bem em comunidade.

### ● **Não somos filhas do iluminismo**

No feminismo ocidental também se tem essa leitura linear, evolucionista, onde o discurso de umas supera/evolui o das outras, isto se reflete nas classificações que se tem feito de sua história, já falamos das três ondas. Outro exemplo é a classificação de Ana de Miguel (De Miguel, 2002: 217), que toma a modernidade como eixo, ou seja, a modernidade como momento de superação, algo como o amadurecimento do feminismo, onde triunfa a lógica da razão e do iluminismo, mas não esqueçamos que também “triunfam” a industrialização e o capitalismo. Assim, ela fala de um feminismo pré-moderno onde situa as obras de Christine de Pisan como “A cidade das damas” (França, 1405), nas quais Pisan denuncia a violação e a misoginia. Um feminismo

moderno, filho do iluminismo onde o debate central é a igualdade dos sexos e um feminismo contemporâneo ou neofeminismo. Mas queremos nos deter nesses princípios iluministas do feminismo para tomar uma posição.

As raízes iluministas do feminismo fazem referência fundamentalmente à Revolução Francesa, onde as mulheres escreveram os *cadernos de reclamações* (Varela, 2005: 31) reivindicando seu direito à educação, ao trabalho, ao voto, à proteção de seus interesses pessoais e econômicos dentro do casamento, defendem que seja abolida a prostituição e os maus tratos dentro do casamento, no entanto, essas reivindicações não são consideradas e em agosto de 1789 a Assembleia Nacional proclama a Declaração dos Direitos do Homem e do cidadão, deixando de fora não só literalmente, mas materialmente as mulheres. Frente a isso, dois anos depois, Olimpia de Gouges publica a *Declaração dos direitos da Mulher e da cidadã*, estabelecendo que a mulher nasce livre e permanece igual ao homem em direitos, fala da liberdade, da propriedade, da segurança e da resistência à opressão como direitos naturais e imprescritíveis. Um ano depois, Mary Wollstonecraft publica a *Vindicação dos direitos da Mulher* onde menciona que a humanidade, homens e mulheres, deveriam ser educados seguindo o mesmo modelo para que as mulheres se tornem cidadãs esclarecidas, livres e capazes de ganhar sua própria subsistência e independentes dos homens.

Nestes textos encontramos coincidências recorrentes, próprias do contexto, da classe a partir da qual as mulheres falavam, mas principalmente próprias do pensamento esclarecido individualista burguês, subjacente em alguns feminismos até hoje: cidadania, direitos e propriedade privada, levantados como reivindicações ou melhor concessões para serem incluídas numa revolução feita à medida dos homens brancos e burgueses, onde se proclama a razão e a humanidade sobre a natureza, essa é a origem iluminista e liberal do feminismo que nós, a partir do

processo de mudança revolucionária na Bolívia e do feminismo comunitário negamos.

Por isso, a partir de nossa temporalidade, recuperamos as lutas de nossas avós, Manuela Condori, Isabel Wallpa, Tomasina Silvestre, Isidora Katari, Bartolina Sisa, Gregoria Apaza e muitas outras que encabeçaram os levantes indígenas anticoloniais em 1781, oito anos antes da Revolução Francesa, elas lutaram como mulheres e como membras da comunidade, não pela razão ou igualdade com os homens, mas pelo respeito à vida, que paradoxalmente lhes custou a morte; torturadas, enforcadas e esquartejadas. Lutaram contra o feudalismo colonial e contra a expropriação, desmantelamento de sua vida cotidiana e seu tempo. Recolhendo essa memória, olhando com os olhos dos tempos de nossas avós, como feministas comunitárias reafirmamos: **não somos esclarecidas, nem modernas, nem cidadãs, não queremos o chamado progresso, nem o desenvolvimento, queremos acabar com o patriarcado capitalista, neoliberal e colonial. Queremos a comunidade!**

#### ● **Ninguém nos deu o voto: sufrágio e feminismo**

Essa descolonização da memória não pretende desqualificar as lutas das mulheres ocidentais, mas visibilizar a partir de que concepções e de que classe elas se deram. O movimento sufragista buscava reformas liberais, não era uma luta contra o capitalismo nem contra o patriarcado, buscava a igualação entre “iguais”, ou seja, homens burgueses e mulheres burguesas, mas acreditamos que é importante mencioná-las, porque a história tem invisibilizado essas lutas, para nos fazer acreditar depois que o voto é uma concessão dos homens que monopolizaram esse jogo da democracia. Não houve nenhuma concessão, ninguém deu o voto às mulheres, foi uma conquista na qual foram colocados o corpo e a vida.



O movimento sufragista nos Estados Unidos esteve vinculado ao movimento abolicionista, e nessa articulação foram importantes as contribuições de Sojourner Truth, ativista afro-americana contra a escravidão e pelos direitos da mulher, de Lucretia Mott e Elizabeth Candy Stanton que convocaram a Convenção dos direitos da Mulher em julho de 1848, onde foi redigida a Declaração de Seneca Falls ou Declaração de Sentimentos na qual falam sobre o direito ao voto, igualdade entre homens e mulheres dada pelo criador e sobre a importância de derrubar o monopólio dos púlpitos, para que a mulher participe equitativamente nos diferentes ofícios, profissões e negócios (Miyares, 1999: 135). Em 1866, os homens escravos libertos receberam o direito ao voto e esse direito foi negado às mulheres que só puderam votar em 1920.

Na Europa, o movimento sufragista inglês foi uma espécie de vanguarda, em 1866 foi criada a União Social e Política das Mulheres e tentaram obter seu direito ao voto através de projetos de lei que foram negados, diante disso se dividiram em uma corrente que optava pelo caminho das leis e outra radical que passou à ação direta, quebrando janelas, queimando igrejas e comércios, mulheres como Emmeline Pankhurst foram encarceradas e fizeram prolongadas greves de fome. Em 1917, foi aprovado o voto para mulheres maiores de 30 anos, e somente em 1928 para mulheres maiores de 21 anos como os homens.

Na América Latina e no Caribe, a luta das mulheres pelo voto começou em meados de 1800, liderada por mulheres burguesas e de classe média, e por militantes socialistas. O movimento sufragista latinoamericano tinha articulações tanto regionais como com sufragistas europeias e norte-americanas. As ações em cada país foram distintas, através de projetos de lei, manifestações e

Não me sinto nem como  
um soldado nem como  
um prisioneiro e, no  
entanto, sou ambas as  
coisas...

Emmeline Pankhurst, 1913  
Movimiento Sufragista  
Británico

denúncias. No Chile, um grupo de mulheres votou “de fato” nas eleições de 1874 e 1876, e depois o Movimento pela Emancipação da Mulher Chilena (MEMCH) exigiu autonomia frente aos partidos. Na Argentina foi importante a formação do Partido Feminista Nacional, integrado por Alfonsina Storni e Julieta Lanteri, no México, o segundo Congresso Feminista de Yucatán realizado em 1916 levantou a luta pelo voto e pela cidadania, na Colômbia, as mulheres participaram nas eleições de 1957 podendo eleger e ser eleitas sob o lema: “Não vote pelo seu marido, vote com consciência”. A aprovação do voto para as mulheres foi lenta, em alguns países a luta teve que se sustentar por mais de cinquenta anos. O primeiro país a aprovar o direito das mulheres a votar e serem eleitas foi o Equador em 1924, antes da França e pouco depois da Inglaterra, e o último foi o Paraguai em 1961.

O movimento sufragista tanto na América Latina e no Caribe quanto na Europa e nos Estados Unidos significou definições para as feministas, pois esse movimento era reformista e não anticapitalista ou anticolonial. Na Bolívia, a Federação Operária Feminina formada em 1927 com uma posição anarquista se manteve à margem das lutas pelo voto, no México a feminista radical Ana Belén Gutiérrez e a comunista Concha Michel publicaram em 1936 “A república feminina” apontando que era um equívoco reivindicar o voto e a igualdade com os homens. Na Europa, as socialistas denunciam o sufragismo como uma reivindicação de burguesas. No entanto, as ações para conseguir esse direito propiciaram indiretamente espaços de debate e dissidência que contribuíram para o discurso e as práticas feministas, discutiu-se sobre a regulamentação do trabalho no lar, a autoridade dos pais, o direito ao aborto. Stella Browne, comunista inglesa, levantou as diferenciações entre prazer sexual e procriação com um lema histórico: “os corpos nos pertencem” (Vitale, 2008: 43).

## ***Kimsa: As adjetivações do feminismo***

Desde que me aproximei do feminismo e a partir das minhas intuições senti que algo andava mal no mundo, no meu bairro, na minha família; que as meninas trabalhavam enquanto os meninos brincavam, que quando éramos jovens pensávamos em nos casar e ter filhos enquanto nossos companheiros falavam em ir para a universidade, a partir dessas resistências que meu corpo tinha em submeter-se ao que devia fazer como “mulherzinha”, busquei no feminismo uma explicação e uma possível saída, a rebeldia e a insubordinação ao que mais tarde soube que se chamava patriarcado. Sendo parte da construção do feminismo comunitário que propõe como projeto político, como modo de vida, **A comunidade**, começamos com uma ruptura epistêmica com o feminismo euro-ocidental de que temos falado, na busca de nos nomearmos a partir dos nossos próprios corpos de mulheres aimarás, indígenas, lésbicas, empobrecidas, sem renunciar ao feminismo como forma de luta e como construção do pensamento antipatriarcal, isso nos levou a redefinir o feminismo e o patriarcado. Nesse caminho, uma pergunta recorrente, uma pergunta que sempre voltava era: por que o feminismo sempre vem com um sobrenome ou um adjetivo? Feminismo socialista, feminismo anarquista, feminismo marxista. Tentando nos responder, surgiram essas reflexões sobre as adjetivações dos feminismos que propomos, questionando, mas resgatando ao mesmo tempo, as contribuições que as feministas deram daquele lugar que escolheram para tomar a palavra.

### **• Um adjetivo de esquerda**

*Não há nada mais parecido com um machista de direita do que um machista de esquerda*

O adjetivo é uma palavra que qualifica o nome, que lhe dá uma qualidade, então se estamos falando de feminismo socialista ou marxista, estamos falando de um feminismo adjetivado, como

um feminismo com sobrenome, o grave é que o sobrenome que carregamos é o do pai, o dono dos filhos e filhas, ou o do marido, é uma afiliação patriarcal, então a questão é: por que os feminismos decidem usar um adjetivo ou um sobrenome? Referimo-nos em particular àqueles que assumiram um apelido de esquerda, àqueles que decidiram inscrever sua luta contra a opressão das mulheres em um projeto político, ou em um campo teórico construído fundamentalmente por homens e sobre esquemas patriarcais, e podemos encontrar várias explicações. Em primeiro lugar, para legitimar suas propostas, porque no contexto do movimento operário do início dos anos 1900 e ainda hoje, o socialismo ou o marxismo são “inquestionáveis” enquanto o feminismo “é questionável”, porque vem das mulheres. As feministas, ao usarem um sobrenome de esquerda, tornaram-se mais aceitáveis. Até porque “pertencer” à esquerda era o dever revolucionário e questionar a esquerda ou suas propostas de fora, podia ser considerado contrarrevolucionário, pior se partisse das mulheres.

Talvez a explicação mais próxima seja que realmente a luta de classes era ou é o mais importante para esses feminismos e as opressões que as mulheres vivem são apenas uma consequência das principais e, portanto, não são prioritárias. Embora questionassem essa mesma posição em seus companheiros de movimento ou de partido, finalmente também parecem concordar com eles, então partem da luta de classes para entender a subordinação das mulheres, e não de seus corpos para entender a luta de classes. Inscrever-se dentro das ideologias de esquerda significou para o feminismo converter-se em um projeto subsidiário do socialismo, do anarquismo ou do liberalismo.

Converter-se em acessório, um assunto secundário da revolução. Adjetivar-se a partir da esquerda foi assumir um sobrenome “reconhecido”, mas que não deixa de ser o sobrenome do pai ou do marido, por isso se fala em noivados, casamentos e divórcios do feminismo com ideologias que, embora sejam de

esquerda, são igualmente patriarcais. No geral, nessa sua opção há feministas que vêm construindo categorias, conceitos e práticas que têm nutrido a compreensão sobre a dominação patriarcal.

No feminismo socialista, como parte do socialismo utópico, encontramos Flora Tristán que em sua obra *Unión Obrera* (1843) denuncia o estado de escravidão em que vive a metade da humanidade (as mulheres), alcançado com a cumplicidade da lei, da ciência, da religião e da sociedade, que têm contribuído para fazer da mulher uma **raça** inferior, ignorante e oprimida (Tristán, 1977: 117), anos

depois, quando o socialismo toma uma orientação marxista, Alexandra Kollontai propõe a necessidade de um código da moral sexual (Ruiz, 2011: 15), feito na luta da classe operária para gerar novas relações entre os sexos, mais perfeitas e felizes. Para seus companheiros, a “questão feminina” não era o mais importante, e diziam que acabando com a propriedade privada se acabaria com a opressão da mulher automaticamente, acreditavam também que o feminismo era burguês e as distraía da luta de classes, muitos se opunham ao aborto ou a que as mulheres trabalhassem. As feministas socialistas denunciaram a “dupla jornada de trabalho” das mulheres, a exploração do trabalho e o trabalho não remunerado chamado doméstico, de reprodução e cuidado dos filhos, mas também viviam uma “dupla jornada revolucionária” do partido contra o capitalismo e dentro do partido contra seus companheiros machistas que não pretendiam questionar os privilégios que o patriarcado lhes dava.

Na mesma época, feministas anarquistas como Emma Goldman apontavam a partir do anarquismo - a partir da liberdade como princípio - que as mulheres não eram mercadoria sexual, que deviam insubordinar-se diante do estado, da família e

Nem o sindicalismo  
nem o socialismo nos  
salvarão de nossos  
sofrimentos. É  
necessário continuar  
o combate feminista  
ao lado e à margem  
deles...

*Hélène Brion, Feminista  
socialista (1882-1962)*

da igreja, que tinham que superar a ideologia tradicional em seu interior, ela foi a primeira a ensinar o uso dos anticoncepcionais em público (1915), da mesma forma **Nelly Roussel** reafirmava que as mulheres são donas de seus corpos, propunha a maternidade consciente e a greve de ventres (1920).

O feminismo marxista se aprofundou desde 1970 dentro do mesmo socialismo, mas questionando a explicação mecânica que havia dado inicialmente sobre a subordinação das mulheres. Recupera as categorias e ferramentas do marxismo para enriquecer sua análise frente às leituras dogmáticas de Marx e

Engels, começam a ver como se relacionavam as opressões de raça, classe e gênero. Sheila Rowbotham disse em seu livro *“Mujeres, resistencia y revolución”* (1972) que é necessário ter em conta tanto as relações sociais de produção como as de reprodução em qualquer teoria revolucionária, Zillah Eunsenstein considera que uma compreensão separada do capitalismo e do patriarcado não pode abarcar o problema da opressão das mulheres (1980).

O feminismo materialista utiliza o método do materialismo histórico e dialético para sua análise e aponta que as mulheres são uma classe social antagônica à classe dos homens. As feministas materialistas francesas dizem que não apenas o gênero não é natural, mas que também o sexo é uma construção social e histórica com a qual o patriarcado coisifica e se apropria das mulheres, entre elas está Monique Wittig que analisa também a heterossexualidade como ferramenta do patriarcado e sustenta que “as lésbicas - isto é, as mulheres que, assim como as escrav@squilombol@s, fogem das relações de apropriação que as atam a suas am@s, não são mulheres” (Curiel, Falquet, 2012: 9),

Para que a mulher chegue  
à sua verdadeira  
emancipação deve deixar  
de lado as ridículas  
noções de que ser amada,  
estar comprometida e ser  
mãe, é sinônimo de estar  
escravizada ou  
subordinada...

Emma Goldman (1869–1940)

porque escaparam da dominação de sua classe. A partir dessas ideias surge um universal mulher que não existe, existem mulheres negras, indígenas, racializadas, discriminadas e exploradas por mulheres brancas, burguesas, então não poderíamos ser, nem somos todas parte de uma mesma classe, certo?

Outras adjetivações também foram feitas para o feminismo, não apenas de ou para a esquerda, como o feminismo liberal e o feminismo radical. O feminismo liberal define a situação das mulheres como uma desigualdade, não fala de exploração nem de opressão porque não questiona o sistema capitalista ou patriarcal, antes se propõe a reformá-lo com leis e maior participação das mulheres na sociedade através da democracia. Betty Friedan em seu livro *Mística da Feminilidade* diz: “como é sufocante ser dona de casa”, lendo isto a partir da classe média é claro, que convocou muitas mulheres, mas foi insuficiente para explicar em profundidade sua subordinação.

O feminismo radical surge nos anos 1970, questionando o feminismo liberal e sendo parte de uma nova esquerda, tendência com a qual rompe depois, para propor a autonomia das mulheres como estratégia de luta. A partir do feminismo radical norte americano, Kate Millet e Shulamit Firestone, contribuíram com conceitos como gênero, casta sexual e patriarcado, analisaram as relações de poder na família e na sexualidade e afirmam “o pessoal é político”, iniciaram grupos de autoconsciência, marchas massivas, centros de ajuda e autoajuda, experiências de saúde e ginecologia não patriarcais, propunham a não hierarquia em suas organizações. Utilizaram ferramentas do marxismo, da psicanálise e do anticolonialismo para construir uma proposta teórica e prática do feminismo, partindo da autonomia. Embora tenham sido questionadas como naturalistas ou essencialistas, iniciaram um debate a partir da sexualidade que reposicionou os debates feministas, foi, claro, uma adjetivação diferente.

## • Uma teoria incompleta

Pelo uso de adjetivos ou sobrenomes, parece que o feminismo se assume como uma teoria ou uma proposta que tem que completar outras mais amplas ou mais abrangentes ou que tem que completar-se com elas. Ambos os caminhos são traiçoeiros porque ameaçam a autonomia do feminismo como teoria e projeto político, e a autonomia das mulheres e das feministas em sua organização e libertação. O feminismo não pode explicar por si só as opressões? não apenas das mulheres, mas as dos homens, das *wawas*<sup>6</sup> e da natureza, por que tem que apelar a outras teorias? Uma das razões para pensar que o feminismo ocidental é uma teoria incompleta é que o reduziram à luta das mulheres contra as opressões que os homens exercem sobre elas, ou seja, pensar o feminismo para acabar com as relações de gênero, que ao mesmo tempo também reduz o patriarcado ao gênero, mas as mulheres não vivem apenas esta opressão, mas também a de raça, sexo, classe e outras.

Frente a esses reducionismos e adjetivações, claramente a partir de outros corpos, cores de pele, memória, e como profundo ato de descolonização, no **feminismocomunitário** temos reconceitualizado o feminismo e a categoria de patriarcado construindo uma teoria social que não necessita ser complementada nem é complemento de outra, é uma teoria em si que explica o sistema de opressões que vive a humanidade e a natureza, e formula uma proposta: a comunidade, como projeto político, como horizonte de possibilidades, como utopia que se constrói, e por isso sua enunciação é a partir da proposta, **feminismocomunitário**, uma só palavra porque a comunidade não é uma teoria ou uma ideologia, a comunidade simples ou complexamente “é”.

---

<sup>6</sup> “Bebês/crianças” em quechua. [N.T.]



## ***Pusi: Nem igualdade, nem diferença: comunidade***



**Tradução quadrinho:** E do signo do zodíaco esqueceram, claro! Agora acontece que qualquer pessoa nascida em leão se considerará igual àquelas de nós que viram a luz em áries! Ha! Saibam que isso de igualdade não é ruim, mas existem igualdades e igualdades! / Começamos bem!

Na década de 1980, as correntes feministas que mencionamos parecem concretizar de forma mais clara duas chaves do iluminismo: **o individual e o dicotômico**; a razão contra a natureza, o bem contra o mal. Formas de pensar, próprias do pensamento europeu e norteamericano, tão enraizadas no binarismo, na ideia de céu contra o inferno. Assim, surgem estranhas e quase indigestas combinações entre feminismo socialista, liberal e radical para se firmar em duas tendências, a bipolaridade da igualdade e da diferença, em meio ao surgimento de teorias pós-estruturalistas e pós-modernas. Um tempo de debates e confrontações entre feministas na típica lógica masculina da abordagem superadora, buscas e conflitos entre teóricas, ao invés da luta contra o sistema, ou mesmo as lutas a partir do

corpo, nas casas e nas ruas, como em alguma medida havia acontecido nos anos anteriores. Foram priorizadas a academia e as conferências mundiais sobre a mulher, realizadas pelos órgãos internacionais, ou seja, pelos órgãos do sistema, como espaços legítimos para o debate, isso era uma clara penetração do neoliberalismo no feminismo euro-ocidental e no feminismo da América Latina e do Caribe, impossível de entender se não levarmos em conta que as feministas seguiam sendo brancas, burguesas, “letradas” que haviam decidido assumir a autoridade para falar e representar as mulheres do mundo, tomando a palavra das indígenas, negras e brancas empobrecidas “subdesenvolvidas”, “terceiromundistas”, para dialogar com as

instituições do poder patriarcal, neoliberal, capitalista e colonial, sem destruí-lo, suplantando e assumindo a representação de todas as mulheres, ou seja, falando em nosso lugar.

O feminismo da igualdade posiciona à indivíduo mulher como igual perante o indivíduo homem, em um esquema liberal de direitos monopolizado pelos homens, criticam esse sistema de poder patriarcal no qual querem ser incluídas, sistema que tem o homem como imagem e medida de humanidade. Feministas da igualdade como Amelia Valcárcel, espanhola, propõem o “direito ao mal” (Valcárcel, 1991: 164), ocupar cargos políticos, públicos, ser presidentas, ensinar na universidade ou poder dirigir um táxi são os indicadores da “emancipação da mulher”. No feminismo da diferença inclui-se uma gama de posições, que resgatam a autoidentificação, a confiança entre mulheres, as relações lésbicas fora da norma heterossexual. Carla Lonzi, italiana, com seu texto *Escupamos sobre Hegel* [Cuspamos em Hegel], afirma que a igualdade é só um princípio jurídico pelo qual o colonizador segue condicionando o colonizado (Lonzi, 1977: 8-11), que a opressão feminina é algo que o capitalismo herdou, não criou. Victoria Sendón (Sendón, 2000), espanhola, sustenta que não existe “a mulher” como um universal, mas “as mulheres” como sujeito diferencial. As feministas da livraria de Milão, em 1996, anunciaram o fim do patriarcado, pois o desenvolvimento, o progresso econômico e da ciência, segundo elas, contribuíram para que as existências femininas deixassem de ser um destino, as mulheres decidem sobre seus estudos, responsabilidades e fertilidade, constrói-se uma feminilidade não materna, e as oposições políticas de esquerda e direita foram superadas porque “a política é a política das mulheres”.

Embora pareça um jogo de palavras, o centro do debate foi, com seus matizes, igual ou diferente aos homens, e isso se assumiu como uma matriz classificatória dos feminismos, então: você é do feminismo da igualdade ou da diferença, não existe outra possibilidade. Para outras, como as da livraria de Milão nem sequer vale a pena mais ser feministas porque o patriarcado

morreu e não há contra o que lutar, ideia que só poderiam propor mulheres burguesas e brancas, que não vêm como se articulam as opressões de raça e classe e não só a de gênero, pois não as vivem em seus corpos. A partir do feminismo comunitário questionamos a visão individualista desses feminismos e principalmente o jogo que jogaram com o sistema, contribuindo ao que se chamou depois a tecnocracia de gênero ou a equidade de gênero, que despolitizou não só o conceito de denúncia de gênero, mas também o feminismo, institucionalizando-o, convertendo-o em políticas públicas (de estados patriarcais) ou em “estudos feministas” (de academias patriarcais e coloniais).

Recuperando a sabedoria de nosso povo, de nossas ancestrais que lutaram por outro mundo, sem exploração, sem violência, partindo do feminismo comunitário não queremos pensar as mulheres frente aos homens, mas pensar mulheres e homens em relação à comunidade, denunciando e lutando contra o machismo e o patriarcado. Uma comunidade onde se reconheçam as diferenças e não se disfarce com estas os privilégios, uma comunidade que não parte dos direitos, mas do respeito e responsabilidade com a vida.

### ***Phisqa: ¿Otro/otros feminismos?***

Só se vive uma vez – que eu saiba, no momento – e nada interessa tanto como fazer desta vida (tal como estão as coisas) um ato de rebeldia inteligente.

Victoria Sendón: 2000  
Feminista da diferença.

que mais se aproximam e se dão as mãos porque são “reconhecidos” e incorporados em suas academias e em suas

Vale a pena fazer a pergunta: existe outro/outros feminismos? De onde são nomeados? Evidentemente as correntes que estamos prestes a discutir afastam-se do feminismo iluminado, euro-ocidental, anglosaxão, mas quanto mais se afastam parece

instituições, apesar de questionar o pensamento dicotômico caem no mesmo, parece não ser possível uma ruptura epistêmica e antes disso eles submergem em uma linguagem pouco acessível, a literatura, a arte, o pensamento pós, a não identidade, o curto-circuito, teorizações nas quais se repete a curiosa necessidade de adjetivar o feminismo, de se inscrever em outras teorias ou paradigmas, de fazer do feminismo um complemento.

Posicionar-se desde a subalternidade é aceitar uma hierarquia, é aceitar ser subalternas e falar a partir daí. Como feministas comunitárias fazemos prática da autonomia epistêmica, e a partir daí, propomos o feminismo comunitário como uma teoria social que explica a articulação das opressões mas que fundamentalmente tem uma proposta, um projeto, nos tira da desesperança em que o neoliberalismo nos colocou e nos permite construir nosso sonho de comunidade, onde as identidades são categorias políticas e metodológicas de articulação e não de descrição, essencialismo e aceitação da subordinação, porque sabemos que abordagens teóricas e resistências sem projeto, sem propor outro modo de vida e de relacionamento, tornam-se funcionais ao sistema.

### ● **Adscrições a partir da subalternidade**

O feminismo negro questiona o feminismo liberal, burguês, branco e heterossexual que fala da “mulher” como um sujeito universal do feminismo sem olhar as diferenças entre mulheres, esta corrente fala da não-mulher, a que não é vista, a negada, a mulher negra. Sua análise desde a subalternidade inclui os eixos de raça e gênero e afirma a própria experiência como ponto de partida para nomear e construir sua história escapando aos conceitos impostos pela academia e o poder branco, tudo isso faz com que se comece a falar de “outro” feminismo. O feminismo negro encontra na

**As ferramentas do  
mestre, nunca  
desmontam a casa do  
mestre...**

**Audre Lorde,  
Feminista negra, 1986**

consciência e autoconsciência das mulheres negras, em sua auto identificação, um mecanismo de luta contra a dominação sexista mas também contra o racismo que compartilham com seus irmãos negros. Diante do monopólio das lutas do feminismo branco recuperam a luta de suas irmãs como a OguUmuniwanyi (“Guerra das mulheres”) do povo igbo na Nigéria em 1929 contra o colonialismo britânico. Propõem o “*sisterhood*” como uma categoria de irmandade entre mulheres. Em 1975, o Coletivo do Rio Combahee formado por feministas negras e lésbicas publicou sua Declaração de combate à opressão que vivem as mulheres de cor afirmando que a política mais profunda e potencialmente mais radical surge diretamente da própria identidade. Audre Lorde, poeta feminista negra e lésbica, nos anos 80 convocava as mulheres e homens negros há autoidentificação como parte da libertação “se não nos definimos a nós mesmos outros nos definirão em benefício seu e detrimento nosso” (Lorde, 1986: 15), também Patricia Hill Collins diz que temos que sair da lógica do discurso da dominação (Jabardo, 2012: 99) que é central a autoidentificação das mulheres negras, seu ponto de vista sobre sua opressão, fala de uma matriz de dominação e da interseccionalidade como um espaço onde se cruzam vários eixos e formas de opressão: raça, gênero, sexo e classe. O feminismo negro se posicionou a partir de diferentes lugares e linguagens, as teóricas que pareciam ter-se trancado na academia e o pensamento das mulheres negras trabalhadoras que se difundiam através do blues, expressão musical de resistência que desafia o patriarcado negando-se a ser mulheres vítimas e convocando a liberdade e a exploração da sexualidade, como fazia Peetie Whetstrow em suas canções. Também se fala de uma segunda onda do feminismo negro, que critica o essencialismo e a centralidade do racismo neste pensamento, definindo-se a partir das teorias da Diáspora e dos estudos culturais onde contribuem as feministas negras da Inglaterra que se aproximam das teorias pós-coloniais, que fazem referência a relações coloniais de dominação tanto nos países colonizados como nos países colonizadores sobre as populações migrantes.

Em 1981, a Associação Nacional de Estudos sobre as mulheres (NWSA) convocou a Terceira Conferência Anual “As Mulheres respondem ao racismo” (Connecticut, EEUU), onde se impulsionou um “feminismo terceiro mundista” a partir do antagonismo com o feminismo branco, evidenciando as múltiplas opressões que vivem as mulheres de cor, negras, migrantes, chicanas, asiáticas, se fala também do feminismo de cor, feminismo das fronteiras e feminismo pós-colonial. Trata-se de acabar com a identidade única, propõem as diferentes diferenças e possuem como eixo de análise: racismo, colonialismo, gênero e pós-colonialismo, convertendo-se em correntes de elaboração teórica, literária e artística sobre os feminismos, longe da ação cotidiana, das grandes mobilizações ou da ação direta que no passado fizeram do feminismo um movimento social. Outra vez a academia e a sedução do poder se apoderava de feministas que, antagônicas ao feminismo branco, pareciam se meter em um processo de branqueamento, uma quase rebeldia funcional e despolitizante, porque rompe com as identidades como possibilidade de articulação, os conceitos e uso da linguagem é difícil de entender para as mulheres empobrecidas, migrantes (também de cor) mas que tinham que resolver no cotidiano sua convivência com o machismo, racismo e exploração, sem mais reflexões.

Quando você vive na  
fronteira, as pessoas  
caminham através de  
você, o vento rouba sua  
voz, é uma burra, touro  
castrado, um bode  
expiatório, anunciadora  
de uma nova raça, metade  
e metade – tanto mulher  
como homem, nenhum – um  
novo gênero.

Gloria Anzaldúa, feminista  
chicana: 1987

Em meio a esses debates: sobre o “outro”, sobre as múltiplas identidades ou sobre o fim das identidades, se faz visível o feminismo chicano, que é parte do movimento chicano, filhas e filhos de gente mexicana nascidos nos EUA e internalizados pela

cultura dominante, seja por sua cor, idioma ou espiritualidade. O feminismo chicano enuncia suas opressões afirmando-se na cor de sua pele: é preta como nós ou loira como as outras. Gloria Anzaldúa, lésbica chicana, propõe uma nova cultura mestiça onde se cruzam as fronteiras das três culturas das quais procede: a branca, a mexicana e a índia, uma construção fora dos dogmas como ato de libertação, e Chela Sandoval, fala da consciência positiva e do uso da tecnologia para gerar resistência a partir das oprimidas em uma ordem global transnacional (Hooks, Brah: 2004).

### ● **Despolitizações pós**

Em meio aos “adjetivos pós” do feminismo, pós-colonial, pós-estruturalista, pós-moderno, o debate tende a acabar com o corpo das mulheres como território de luta, pois dizem que o sujeito do feminismo, as mulheres, é uma ilusão mais ou menos como se as mulheres já não existissem. As identidades se assumem descritivas mais do que políticas propondo as não identidades, a articulação de um movimento antipatriarcal já não seria possível e para algumas já não é importante. Nessas pretensões teóricas aparece a teoria *queer*, uma de suas pensadoras, Judith Butler, propõe transgredir o gênero através da opção sexual<sup>7</sup>, produzir corpos não coerentes, um corpo feminino com gênero masculino, um corpo masculino com gênero feminino, essas transgressões e a multiplicidade de gêneros que se acredita que supostamente causarão um curto-circuito na sociedade e a transformarão, como se uma lésbica, ao masculinizar-se, deixasse de viver as opressões por ser mulher e assim se acabaria com o patriarcado, sendo que é o corpo das mulheres o território onde opera o patriarcado para a opressão da humanidade e da natureza.

---

<sup>7</sup> Gender Trouble, New York, Routledge, 1990.

## • O risco de repetir a história

O ecofeminismo ou feminismo ambientalista, é considerado dentro das classificações “oficiais” euro-ocidentais como uma das correntes “mais modernas”, desde uma perspectiva colonialista, as mulheres do chamado terceiro mundo que lutam em defesa de seus territórios e recursos contra os capitais transnacionais, são denominadas ecofeministas, mas são elas que têm que se autodefinir e não as academias. Françoise d’Eaubonne, propôs o termo Ecofeminismo em 1974 referindo-se às mulheres como protagonistas da revolução ecológica que mudaria as relações de gênero, e a relação da humanidade com a natureza (automaticamente). Vandana Shiva impulsionou o movimento Chipko (abraçar) em que as mulheres resistiam ao desmatamento abraçando as árvores, defende que a proximidade das mulheres com a natureza, sua relação harmoniosa, se deve a existência de um “princípio feminino”, já que ambas compartilham determinadas características: possuem o mesmo gênero (feminino), podem criar e sustentar a vida, e vivem a mesma subordinação nas mãos do homem sob as ideologias do capitalismo e do patriarcado ocidental<sup>8</sup>. Embora existam várias correntes dentro do ecofeminismo - radical, cultural, social, socialista-, todas concordam que existe uma relação entre dominação e exploração das mulheres e da natureza, porém, nesta diversidade, o ecologismo é o paradigma central, o feminismo o complementa, gesta-se a ideia da mulher como salvadora do planeta e parece que a história se repete, assumindo que acabando com o desenvolvimento capitalista, que não é o mesmo que acabar com o capitalismo ou com o patriarcado, se acabará com as opressões das mulheres que ficam em um segundo plano.

---

<sup>8</sup> Visões de mulher e desenvolvimento.



## ***Suxta: Feminismo na América Latina e no Caribe.***

### **• A política do encontro.**

O feminismo latino-americano e do Caribe tem uma característica central: **O encontro**, a necessidade de encontrar-se, com todos os desencontros que isso implica, que também permitirão aprofundar posições, propostas teóricas e estratégias de luta que deram a forma aos feminismos nestes territórios. Encontrar-se estava também profundamente ligado à autonomia.

À diferença do feminismo euro-ocidental feito a partir do individualismo de “pensadoras” e seguidoras, o Feminismo latino-americano e do Caribe tem a memória de lutas coletivas contra o colonialismo, as ditaduras e depois contra o neoliberalismo; assim se iniciaram Encontros Feministas Latino-Americanos e do Caribe EFLACs. O primeiro encontro foi em Bogotá (Colômbia, 1981), onde participaram 189 feministas de 19 países se organizaram quatro comissões de trabalho, workshops e fóruns, e assim se iniciava a primeira década dos encontros, marcada por tentativas de construir “a identidade” do feminismo latino-americano e caribenho. Nesta década se falou sobre sexualidade, lesbianismo, patriarcado, socialismo, imperialismo, cultura, saber e poder, violência, aborto, desenvolvimento, com perguntas recorrentes: O que o feminismo busca? Como fortalecer a organização e participação de mulheres de setores populares? Embora fosse permanente a pergunta da identidade, não se concretizava uma identidade, mas haviam claras intenções de fazer do feminismo uma vanguarda na luta das mulheres para “mostrar o caminho”. Com o IV EFLAC feito em San Bernardo (Argentina, 1990) se iniciava uma segunda década de definições para o feminismo, em meio ao liberalismo, que era a nova cara do patriarcado. A IV Conferência Mundial Sobre a Mulher, Beijing-1995 foi o gatilho para as discussões, o caminho a Beijing era um caminho feito para as ONGs, com uma agenda e uma representação imposta pela ONU, já se falava de duas tendências do feminismo “as utópicas”

que apostavam na transformação e as “do possível” que optaram pelas reformas e haviam decidido pactuar com o neoliberalismo, em nome de todas as mulheres, feministas institucionais e feministas autônomas eram antagônicas.

No VII EFLAC realizado em Cartagena (Chile, 1996) se chamou as coisas por seu nome, se denunciou a oenegização<sup>9</sup> do movimento, o ativismo havia se convertido - para algumas - em um obstáculo e a “luta” era feita dentro das regras das empresas financeiras, no Chile se denunciou o feminismo branco, heterossexual, racista e lesbofóbico; indígenas e afrodescendentes tomavam a palavra e se enunciava um feminismo “dissidente”.

Paradoxalmente e apesar das críticas que as feministas autônomas faziam às hierarquias e à representação, a lógica da caudilha, a teórica, a única transgressora, se fez igualmente presente em feministas autônomas e institucionais, e surgiam assim a partir de nossa visão, tanto de um lado e do outro, as institucionalizadas, as que marcavam o caminho politicamente correto, a chefe, a escolhida e sua comitiva.

A ideia de um movimento feminista ou um movimento feminista autônomo foi deixada na intenção. A terceira década dos encontros partiu em Playa Tambor (Costa Rica, 2002) anos chamados de crise do movimento (não existente), de despolitização ou melhor de neoliberalização, nos encontros se falou de globalização, ambientalismo, maquilas<sup>10</sup>, democracia, jovens, o discurso do plural, do multicultural e da diversidade, mascaravam os privilégios e as opressões, o feminismo passava a segundo plano, e em consonância com a moda euro-ocidental de acabar com as identidade se atentava contra o corpo das mulheres

---

<sup>9</sup> Referente à ONG, ó-êne-gê. [N.T.]

<sup>10</sup> “Maquila é um sistema de produção através do qual as empresas localizadas no país podem produzir bens e serviços a serem exportados. A produção é encomendada por uma matriz localizada no exterior e pode ser enviada para qualquer país do mundo. Qualquer pessoa física ou jurídica, nacional ou estrangeira, domiciliada no país que esteja autorizada a realizar atos de comércio, pode operar como uma entidade maquiladora.” (Vania Cunha) [N.T.]

como construção social histórica e como espaço de lutas, os encontros se abririam aos homens trans.

No XI EFLAC (México, 2009) se desencadeou o debate sobre os corpos trans e seu lugar no feminismo, com manipulações do financeiro e suas imposições coloniais, há diferentes posições sobre esse momento. As autônomas que questionaram e resistiram foram acusadas de fundamentalistas e transfóbicas. A década terminava, outra vez, postergando a construção de um projeto feminista.

Criar um espaço próprio, um espaço não só físico, mas histórico, social, psicológico...

Grupo Feminista La Revuelta, México:1983

O XII EFLAC (Colômbia, 2011), o último até o momento e há trinta anos do primeiro inaugurou a quarta década, muitas não assistiram porque o hotel luxuoso a que se convocava era de militares e o encontro estaria militarizado “por segurança”, lá se falou de feminismos e pós-feminismos, corpo político, sexualidade, direitos, igualdade de oportunidades e foi exortado a recuperar o espírito democrático. Qual espírito e qual democracia? Ao encontro faltava feminismo e terminou institucionalizado, mas não impunemente porque coletivos de feministas autônomas estiveram presentes para recordar que a luta é “por um feminismo anticapitalista, antimilitarista, antirracista, laico, não excludente, participativo, popular, sem emblemas e sem plataformas”<sup>11</sup>.

### ● **Feminismo Institucional?**

É muito difícil chamar de feminismo o que se faz desde fins dos anos 80 até hoje a partir das ONGs chamadas feministas. Os anos 90 enquanto as mulheres viviam as consequências esmagadoras do neoliberalismo, que tiveram como consequência maior empobrecimento, migrações, exploração laboral, duplas e

---

<sup>11</sup> Notas críticas sobre o EFLAC. Por um feminismo sem emblemas nem plataformas, ver <http://heroinadeloperiferico.blogspot.com>

triplas jornadas, mais violência, contrabando e tráfico internacional de mulheres, as tecnocratas convertiam as lutas em algo técnico e não político e nos contavam o conto da equidade de gênero, buscando nos convencer com porcentagens de participação políticas delas, que não representavam as mulheres empobrecidas, indígenas, camponesas, trabalhadoras.

Muitas organizações de mulheres se convenceram e aceitaram a intermediação das “experts” que se dedicaram ao lobby - algo como definir em conversas com seus amigos neoliberais - as políticas públicas neoliberais e a chamada advocacia, tudo isso porque eram financiadas para isso, para fazer advocacia, não transformação e, assim, desmobilizar as mulheres, que era o mandato dos organismos internacionais, vamos mudar algo para não mudar nada. A institucionalização não ocorreu apenas nas ONGs, mas também nas academias, no campo jurídico, nas organizações sociais, nas instâncias do Estado: ministérios e diretorias da mulher, sua estratégia foi assustadora, fazia das mulheres um setor, um tema a mais a ser discutido pelos Estados e quase acreditamos na história. A tecnocracia de gênero em cumplicidade com as financeiras e a cooperação internacional, fizeram do feminismo uma mercadoria, iniciaram um processo de despolitização, setorialização e neocolonização que continua e dependendo da moda, caminham mulheres indígenas, jovens, lésbicas, transgênero por fóruns e seminários como troféus de suas conquistas de equidade e inclusão.

Hoje em pleno processo de mudança na Bolívia as ONGs de gênero voltaram a chamar feministas para estar “em sintonia” com o processo, mas a sua relação contratual com o neoliberalismo não mudou, permanecem servis e funcionais, mas com outras estratégias, dividir os movimentos sociais, cooptar representantes e dirigentes e fazer leis para mulheres como se nós não pudéssemos fazê-las, querem nos fazer acreditar no mito da impossibilidade, dos projetos mínimos e reformistas, e querem montar-se no processo de despatriarcalização para pôr nele a cor

da equidade, porque nem sequer sabem o que é o patriarcado. Mas desta vez nós não acreditamos no conto, como propomos no feminismo comunitário, as mulheres são a metade de cada povo e o processo é do povo e de suas organizações, e sabemos que as ONGs não fazem mudanças nem revoluções, que se há mais mulheres na política formal, nos municípios e nas organizações, é uma conquista das mulheres e não um presente das ONGs nem uma concessão do Estado. As organizações de mulheres não pediram apenas que as ONGs prestem contas, mas que o dinheiro do Estado e da “cooperação” chegue diretamente às organizações. Na Bolívia, acabar com as ONGs faz parte da descolonização e elas terão que encontrar outro problema.

### ● **Feminismo autônomo: em busca de um movimento que não chega**

A autonomia foi se construindo no feminismo latino-americano e caribenho, assim nasceram como temos dito os EFLACs nos anos 80, autonomia para ter um espaço próprio político e histórico de feministas - embora a institucionalização logo tenha se tornado presente - a autonomia se aprofundou dentro dos encontros, se propôs também como espaço para nomear-se frente a um feminismo racista e lesbofóbico, emergia a autonomia do corpo que não passava somente pelo aborto, mas também pelo fim de um sistema heteropatriarcal. As contribuições teóricas, criativas, os chamados artísticos das autônomas foram centrais para dar vida ao feminismo latino-americano e caribenho e para posicionar-se frente a institucionalização, a interferência das financeiras, dos partidos e da Igreja, e para lutar contra o neoliberalismo que comia os sonhos e vomitava desesperanças.

Autonomia, descolonização  
São nossos povos, são nossos  
corpos  
é nossa decisão

Feminismo Comunitário  
Antipatriarcal, Bolívia; 2014

A primeira Declaração do Feminismo Autônomo foi feita em 1996 no VII EFLAC, reafirma a “Permanência voluntária na utopia” e sua opção pela construção de um movimento que desafie todas as formas de poder patriarcal no público e no privado, e foi acordado começar com os encontros autônomos, assim, em 1998, o grupo feminista anarquista autônomo Mujeres Creando da Bolívia organizou o primeiro Encontro Feminista Autônomo Latino-americano e Caribenho realizado em Sorata, propondo três eixos do movimento: autonomia, movimento feminista e as propostas, neste encontro tornaram-se presentes as diferenças/heterogeneidades entre autônomas e os caudilhos tornaram-se cúmplices de uma primeira tentativa fracassada de movimento. 2000 Santa Lucía del Este.

Em 2009 foi organizado um encontro autônomo dias antes da XI EFLAC no México e foi conhecida uma segunda Declaração: “O desafio de fazer comunidade na casa das diferenças” onde se define como uma proposta ética, política e de transformação do *mundo todo* desde as mulheres, para nós mesmas e para toda a humanidade, a Assembleia Feminista participou e mostrava que a proposta do feminismo comunitário e a comunidade como utopia podia ser articuladora do tecido de um movimento feminista. Em 2012, foi realizado outro encontro autônomo em Porto Alegre, Brasil.

O feminismo autônomo tem sido vital para o feminismo latino-americano e caribenho, mas definir-se em relação à institucionalidade e nela concentrar suas energias não tem deixado espaço para a construção de projetos próprios, não podemos falar de um movimento, existem grupos ou coletivos, não há articulação nem proposta, possivelmente porque, como vimos na Bolívia, a autonomia como resistência não é suficiente para responder aos processos históricos de mudança e revolução, de desmantelamento do sistema patriarcal, capitalista, colonialista e neoliberal que nossos povos enfrentam .

## O PUNHO DA LÉSBICA ATENTA CONTRA O SISTEMA, A BUCETA DA LÉSBICA ATENTA CONTRA O SISTEMA!

A experiência de organização autônoma das lésbicas latino-americanas se deu no final dos anos 70, as lésbicas têm sido a interpelação permanente ao heterocentrismo da ação coletiva e da agenda do feminismo. Em 1987, se iniciaram os Encontros Lésbicos Feministas Latino-americano e do Caribe ELFLACs, embora o intervencionismo das financeiras fez com que o debate sobre as relações de poder classistas, racistas, geracionais, androcêntricas e heterocêntricas fosse deixado de lado em troca das demandas por direitos, e em consequência no VIII ELFLAC se deu uma discussão muito importante a respeito de que os encontros lésbicos seguissem sendo de lésbicas.

Em 2012 se realizou o encontro lesbitrans no Paraguai e o IX ELFLAC em Copacabana (Bolívia), organizado pela Assembleia de Feminismo Comunitário, os eixos trabalhados em Copacabana: memória, corpo, projeto político e alianças, mais a participação de irmãs de organizações sociais, devedoras, comerciantes, afrobolivianas, com quem terminamos em uma grande marcha pelo centro da cidade, permitiram denunciar o heteropatriarcado em processo de mudança e nos afirmar na autonomia e descolonização do corpo e da sexualidade das mulheres. **Não se trata de um mundo de lésbicas para lésbicas, é também com nossas irmãs!**

### ● **Mujeres Creando**

Mujeres Creando é parte da história do feminismo autônomo na Bolívia. No ano 1990, nasceu a Comunidade Creando no bairro Las Delicias (La Paz, Bolívia). Em março de 1992 foi formado o Mujeres Creando, meses depois publicaram o livro “E se fôssemos uma o espelho da outra? Por um feminismo

*Assim como você  
me ama eu não  
quero ser sua...*

Mujeres Creando,  
Bolívia: 1999

não racista”, propuseram como metodologia a mulher como ser autobiográfico que recupera e escreve sua própria história. Em 1993, começaram as grafitadas - uma mistura de grafite e pinturas -, ocuparam as paredes com muita poesia.

**“De tanto fazer a janta para você, de tanto fazer a cama para você, me foi o desejo de fazer amor com você”**

Os grafitis provocavam uma sociedade conservadora que não aceitava que o privado também é político, quantas vezes nossa mãe, a tia ou a vizinha ficaram perplexas porque a elas se passava o que diziam as paredes, de tanta exploração em sua casa não tinham vontade e menos força para fazer o amor, as mulheres se questionavam e encontravam nas paredes a cumplicidade para dizer o que não se devia:

**“Por trás de uma mulher feliz há um machista abandonado.”**

**“Se seu casamento é uma condenação, puxe a corrente.”**

**“O condor passa, a ditadura segue. Julgamento de Banzer já!”.**

O governo neoliberal, a igreja, a família, as instituições patriarcais reagiam ferozes, amedrontavam e criavam mitos sobre “as creando”.

Em 1994, em seu documento Dignidade e Autonomia, denunciavam as ONGs que com seus projetos de desenvolvimento nos convertiam em beneficiárias submissas e nos roubavam nossa palavra dizendo que nos representavam frente ao Estado e a nível internacional, “a dignidade era para lutar contra o neoliberalismo. Teremos dignidade, não entregaremos nossos corpos ao capital!”. Suas ações se concentravam na performance e na arte.



Em 1999, foram convidadas a expor no Museu Reina Sofia, na Espanha. Eram famosas! Em 2002 tiveram uma ruptura devido ao exercício de violência dentro do coletivo.

Pelos grafites e por sua intervenção nos meios de comunicação fomos conhecendo a palavra feminismo, dotando-lhe de conteúdo a partir de nossos corpos, isto é, fizemos caminho em um feminismo diferente daquele das Mujeres Creando, não da performance individualista, mas da tentativa teimosa e sistemática de fazer um feminismo em comunidade.

### ● **Assembleia de mulheres: corpo e patriarcado**

As mulheres de distintas organizações e bairros estiveram lutando no massacre de outubro de 2003, mal chamado de guerra do gás, junto aos companheiros e as *wawas*, em

Nós mulheres,  
somos a metade  
de cada povo...

Bolivia: 2009

El Alto e em La Paz, cansadas do neoliberalismo e do gringo Sánchez de Lozada genocida e ladrão - que entregou os recursos da Bolívia às transnacionais - e hoje vive comodamente sob a proteção do governo dos EUA. Estivemos na rua, na greve de mais de 31 dias, resistindo, debatendo, cozinhando, com raiva, mas sonhando, enquanto a classe média se colocava em greve de fome nas igrejas pedindo solução ao conflito ou, talvez, protegendo-se do “retorno das índias e índios”, que chegavam das comunidades para sustentar as mobilizações.

O gringo saiu, nós o jogamos fora, em meio a dor de nossos mortos. Pouco depois de escapar de gases e franco atiradores que haviam sobre os edifícios, as mulheres se juntaram para pensar e refletir: O que vem depois? E nessa reflexão estávamos, mas nossos “companheiros” se adiantaram em dar medidas apressadas. Se anunciava a sucessão constitucional. Como povo, não sabíamos o que queríamos, mas estávamos certas do que NÃO queríamos, não queríamos mais do mesmo, mais democracia

neoliberal e a mesma gente no governo, como mulheres não queríamos mais saque do território, não mais violência. A indignação nos reuniu no que foi uma Assembleia de Mulheres em 2003: vendedoras, estudantes, dirigentes, companheiras do movimento sem-terra, indígenas, feministas, queríamos construir nossa própria proposta, queríamos mudar tudo *para que o sol volte a aquecer*.

● **Assembleia Feminista, em direção ao feminismo comunitário.**

Não foi possível continuar como Assembleia de Mulheres, não coincidíamos, algumas queriam formar um partido para as eleições e outras seguíamos optando por mudar tudo, por fazer a revolução. Nossas assembleias eram ao mesmo tempo um espaço de autoafirmação no feminismo, um feminismo nosso, lá foi feita a Assembleia Feminista que nasceu com esperança: a possibilidade de mudança parecia próxima e ali queríamos estar. Na Assembleia Feminista, a ideia de comunidade como espaço a partir do qual falávamos, foi tomando forma até ser enunciada como categoria política, fazendo da Comunidade de comunidades nossa proposta, político-econômica-organizacional; estávamos construindo o feminismocomunitário. Em 2007, participamos no processo de Assembleia Constituinte na Bolívia e alcançamos, junto com muitas outras organizações, incluir o Art. 338: “O Estado reconhece o valor econômico do trabalho doméstico como fonte de riqueza e deverá quantificá-lo nas contas públicas”. A criatividade da Assembleia fluía para aprofundar o processo de mudança, em 2009, participamos na Cúpula dos povos sobre a mudança Climática (Cochabamba-Bolívia) e denunciávamos a lógica patriarcal a partir da qual nosso irmão e companheiro Evo Morales falava da “Mãe” terra e propunha uma lista de direitos, em analogia com as mulheres que são vistas como o útero reprodutor do mundo que deve produzir mão de obra, caladinhas e sem reclamar, nem se organizar, tudo isso em troca de direitos que serão exercidos pelas que tiverem condições para fazê-lo.

Desses debates, questionamentos existenciais, assembleias, discussões, diálogos com o processo, com as organizações de mulheres, mistas ou de homens, dessa caminhada em/com os movimentos, das exigências e críticas ao governo que têm sido ecoadas, foi sendo construído o feminismo comunitário que quase dez anos depois enfrentou suas próprias contradições, pois o patriarcado também atravessa as organizações e denunciando práticas hierárquicas e violentas se deu uma ruptura conformando-se o Feminismo Comunitário Antipatriarcal partindo da ideia que a violência é estrutural e que nada a justifica venha de quem vier.

### ***Paqallqu: Feminismos sistêmicos e feminismos anti sistêmicos***

Refizemos os caminhos daqueles feminismos que pertencem a territórios euro-ocidentais, como um exercício de descolonização e de posicionamento político frente aos poderes que estes, a partir dos seus discursos e práticas têm construído, práticas colonizadoras que reproduzem as lógicas masculinas de querer invisibilizar, anular ou superar o pensamento de umas e outras, propondo classificações arbitrárias, fazendo uma história “universal”, dizendo que há um feminismo de primeira e outro de segunda, tratando de ocultar, sob pretexto de diferença, os privilégios.

Temos feito uma longa caminhada no feminismo comunitário há anos, trazendo a memória das nossas avós, aprendendo com a luta de nossos povos, parindo e fazendo a nossa proposta feminista no processo de mudança para AbyaYala, por isso era imprescindível uma ruptura epistêmica, fazer as nossas reconceitualizações e criar a nossa metodologia, a partir daí nos reconhecemos como feministas, descolonizando o feminismo a partir desse lugar é que falamos e dizemos que há

feminismos sistêmicos e anti-sistêmicos. Com isso queremos dizer que há duas chaves que hoje nos parecem principais para que um feminismo ou outra luta possa ser anti-sistêmica, estas chaves são **movimento e proposta de sociedade**, se não há movimento nem proposta, a luta pode permanecer na resistência, na explicação, na denúncia, no esforço isolado, localizado, que é rapidamente engolido, cooptado pelo sistema, refuncionalizado, e não chega a ser uma luta anti-sistêmica, não chega nem a fazer cócegas no sistema ou nas suas instituições.

### ● **Remendar ou tecer: o movimento**

O feminismo eurocêntrico é um feminismo de figuras. de “pensadoras” uma junção de esforços individuais, é como se um grupo de feministas tivessem feito um trabalho com linha e agulha para costura, remendando os furos teóricos, políticos e organizacionais seja na esquerda ou na direita. Fizeram do feminismo um remendo, um pedaço de tecido que costuraram nas teorias ou projetos políticos dos homens para completá-los, daí que nós mulheres tenhamos aparecido como um setor e não como uma parte constitutiva do tecido político. Este pensar e atuar a partir do individualismo, a partir de um grupo seletivo, tem feito que concentrem suas energias nas várias explicações das opressões que vivem as mulheres, sem chegar a construir uma proposta de sociedade, nem articular um movimento social, ambas chaves dependentes entre si, porque a proposta não se constrói a partir do umbigo de apenas uma, e sim a partir dos corpos de todas e isso, por sua vez, faz o movimento. O feminismo latino-americano e caribenho possuem uma história parecida, mas distinta, foi feito no encontro e isso lhe dá um sentido de movimento, mas não chegaram a construir um projeto político. O que podemos dizer das autônomas, pois que não são institucionais, e das institucionais, que são reformistas neoliberais, mas não podemos enunciá-las a partir de seu projeto de sociedade, elas permaneceram no confronto entre elas: autônomas versus institucionais. A falta de ambos nos leva à

conclusão ou pelo menos à suspeita, de que os feminismos dos quais temos falado, acabaram sendo fundamentalmente teóricos, descritivos, reduziram o patriarcado ao gênero, sem proposta nem movimento, suas resistências convertidas em ícones, suas teorias trancadas na academia e sua força criativa congelada nos museus e exposições artísticas, distanciando-se da luta de seus povos, hierarquizando-se, potenciando os caudilhismos, as comitivas, reconhecendo-se mestiças, negras, mas optando por diluir as identidades, por negar-se, atentando contra as mulheres como categoria política de articulação, são presas, como dizem, subsumidas, absorvidas pelo sistema. Sem reconhecê-lo, se constituem em feminismos sistêmicos que homenageiam o patriarcado com seu colonialismo, heterocentrismo e sua despolitização.

Trata-se de fazer um tecido de rebeldias, mas um tecido comunitário, não somos remendeiras dos projetos masculinos e patriarcais esquerdistas, direitistas ou indigenistas, o tecido se faz com as mãos, com a memória, os símbolos, as apresentações e representações, os fios, a materialidade histórica de nossos corpos, nossas condições concretas, fazendo da criatividade um instrumento de construção e de luta. Tecer nossas rebeldias para que sejam revoluções que criem um movimento, que se faz permanente, que tece figuras e cria símbolos, onde os fios diferentes se cruzam, o movimento é movimento, não se paralisa, não se estatiza, não se para, não se torna norma, não se institucionaliza, não dá lugar ao caudilhismo, à corrupção nem às reformas, porque não é a partir do individualismo que se tece, mas desde todas e todos em comunidade

O movimento não é um número, não é a massificação do feminismo, quem dera fosse assim, mas isso é muito difícil. O movimento também podemos dizer que é uma metodologia que nos permite, a partir de nossa proposta de comunidade, nos articular com irmãs e irmãos de outras organizações, não para que se “filiem” ao feminismocomunitário, ou para que nós “nos

somemos” às outras, mas para caminhar juntas e juntos, sabendo que a libertação é em comunidade, que nos libertamos a nós próprias, mas que também temos responsabilidade pela libertação das outras, dos outros e da natureza. A libertação é em comunidade para construir a comunidade, comunidade da qual não existe modelo, essa comunidade que tem que ser inventada.

Movimento que tece ideias e corpos, um transitar, caminhar juntas e juntos, ser responsáveis com a vida em libertação e em liberdade, encontrar-se, desencontrar-se e inventar, tudo isso e mais é esse tecido, o movimento da comunidade.

**• É frente ao patriarcado que definiremos nossas lutas: a proposta.**

A segunda chave que dizemos que é necessária para fazer uma luta e um feminismo anti-sistêmico é a proposta de sociedade que está ligada em círculo com o movimento. A proposta, o projeto político se enuncia e se constrói em movimento e o movimento se move enquanto se inventa e se constrói a proposta e o projeto político, que para que seja ou não anti-sistêmico depende da sua concepção e posição em relação ao patriarcado, não é apenas mais um sistema mas “o sistema” de todas as opressões e que opera articulando estas opressões sobre o corpo das mulheres e, destes corpos as reproduz na humanidade e na natureza, justificando as guerras, a violência e a depredação da natureza. Se não se assume essa complexidade do sistema patriarcal, as lutas e, neste caso, o feminismo não serão anti-sistêmicos.

É mais fácil a resistência, a rebeldia, a performance, a raiva, o protesto, que assumir a responsabilidade de acabar com o sistema e fazê-lo todos os dias a partir da longa memória de nossos povos e da longa memória de nossos corpos.

Defendemos o mundo  
queremos desfrutá-lo



33º Encontro Plurinacional de mulheres originárias, pretas,  
migrantes, lésbicas, trans, travestis e bissexuais  
Trelew, território mapuche, no território hoje chamado  
Argentina, 2018



## **RUPTURA DO FEMINISMO COMUNITÁRIO COMUNICADO NADA JUSTIFICA A VIOLÊNCIA!**

O sistema patriarcal desenvolveu muitas formas de agir em nossas organizações, o Feminismo Comunitário não foi exceção, pois encontrou companheiras que se tornam cúmplices do sistema encobrendo ações violentas desenvolvidas dentro do Tejido Bolivia contra suas integrantes. Depois de um longo caminho de busca de reflexão sobre os acontecimentos ocorridos em nosso território, sem encontrar resposta nem posicionamento interno, em responsabilidade, em comunidade e em consequência com nossas lutas, fazemos esse comunicado público de ruptura com a Orgánica do feminismo comunitário, seguras de que o silêncio só alimenta a impunidade e com a esperança de que o feminismo seja um território onde se construa em confiança e livres de violência, fazemos públicas as razões de nossa ruptura, buscando contribuir para a reflexão dentro dos feminismos, lesbofeminismos, organizações de mulheres e organizações sociais em geral.

-Rompeamos denunciando a violência física, psicológica e política que Julieta Paredes exerceu sobre duas integrantes do Feminismo Comunitário em La Paz Bolívia.

-Denunciamos a violência política, econômica, sexual e feminicida que exerceu contra a companheira Adriana



Guzmán (Porta-voz Executiva Nacional do Feminismo Comunitário na Bolívia 2015-2016)

-Fornecemos essas denúncias à Orgânica Internacional, na qual Julieta Paredes reconheceu suas ações justificando-as com argumentos que promovem a misoginia, a propriedade privada sobre os corpos e o controle sexual, enaltecendo as atitudes machistas, despolitizando as relações a partir do amiguismo e da vitimização. Propusemos fazer a denúncia legal e a Orgânica nos pediu que deixássemos de nos chamar feministas comunitárias por querer recorrer à justiça patriarcal, nos mandaram calar. Como parte da luta que fazemos a partir do feminismo, assumindo que a violência contra as mulheres é estrutural, decidimos não calar, não dar mais espaço à impunidade. Os ou as violentas devem enfrentar a justiça.

-Denunciamos a violência a partir de um posicionamento político consequente com a luta feminista, com a proposta da comunidade e do viver bem que propomos. Buscamos reflexão, autocrítica e transformação. Em troca, recebemos assédio e repressão. Julieta Paredes encerrou o programa *¡Despatriarcalización Ya!* feito por mais de dois anos por todas em uma criação comunitária construída longe da propriedade privada. Fechar arbitrariamente o programa é trair as lutas das mulheres em nosso território e tirar-nos uma ferramenta de aprofundamento do processo.

-Nossa decisão de não calar e não defender “o bom nome” do feminismo comunitário sobre nossos corpos, tem como consequência assédio político sistemático, difamação, calúnias e campanhas de desprestígio contra nós e contra todas que decidiram posicionar-se, na Bolívia e outros países. Nos encontramos diante de uma

combinação de violência e impunidade encoberta da qual as feministas, em ética, não deveriam ser cúmplices.

-Na Bolívia, como mecanismo de pressão para evitar a denúncia legal, leva-se adiante ações que entendemos como contrarrevolucionárias, porque tratam de convencer a nossos companheiros e companheiras que existem motivos para justificar a violência. Isso atenta contra as lutas que temos feito para ter uma Lei que garanta às mulheres uma vida livre de violência, reconhecendo que é estrutural, que é parte do sistema patriarcal, que é um fato público e não privado, que é político e não pessoal, que não são reações senão condutas, que não se podem justificar os feminicídios por emoção violenta ou crimes passionais.

-Reconhecemos na autocrítica que dentro do feminismo comunitário não aprofundamos nossas reflexões sobre a violência e isso nos deixou com poucas ferramentas para enfrentá-la, ainda mais vindo de uma “companheira”.

-Apesar do assédio, difamação e a sanção que pretendem nos dar em uma clara mostra de cumplicidade machista e misógina, não deixaremos de nos nomear feministas comunitárias pois temos construído e alimentado a proposta com nossos corpos, com nossas dores e com nossos sonhos, a partir da força de um povo decidido a viver com dignidade. Acreditamos que o território de luta contra o patriarcado é o feminismo e reafirmamos a partir da longa memória de nossas avós que a proposta política de mundo que abraçamos é a comunidade. No entanto, estamos convencidas de que hoje existem feministas comunitárias contrarrevolucionárias que despolitizam as lutas que custaram o parto, é por isso que a partir de agora nos nomeamos como feministas comunitárias antipatriarcais, pois não entendemos a luta

contra o patriarcado se não se luta contra a violência estrutural contra as mulheres, por ser essa sua ferramenta de legitimação e imposição do poder patriarcal, capitalista e colonial sustentado especialmente em nossos corpos.

-Assumimos esta denúncia pública como um desafio para o feminismo, como uma convocatória ao aprofundamento da reflexão sobre as violências que se reproduzem em nossas práticas, como uma necessidade urgente de ser consequentes com nossos discursos, não se pode calar nem encobrir ninguém, mesmo que se trate de uma das chamadas “vacas sagradas”.

-Acreditamos que o sistema opera roubando-nos a esperança de que outro mundo é possível, roubando-nos a força da construção popular, coletiva e comunitária, nos deixando como única opção a organização com lógicas caudilhistas e quase sectárias, teóricas e dogmáticas. À isso enfrentou o feminismo comunitário e à isso enfrentam hoje os processos de transformação em Abya Yala, processos que têm que reposicionar-se frente ao patriarcado para ser realmente revolucionários.

-Convocamos as companheiras e companheiros de luta, as organizações sociais do processo de mudança na Bolívia, com o qual reafirmamos nosso compromisso, as feministas, as organizações de povos irmãos, a assumir uma posição política não em relação às pessoas, mas diante das relações de poder e da violência contra as mulheres que não importa de quem venha, será sempre patriarcal. É urgente que no interior de nossas organizações não se encubra, não se reproduzam lógicas familistas, moralistas, que nos pedem para calar para cuidar da imagem. No interior é necessário responsabilidade política, decisão e não cumplicidade. Denunciar e colocar em debate público as

misérias que existem em nossas organizações, é um ato honesto para seguir abrindo caminho.

Nós, mulheres indígenas, aimarás, quechuas, criadoras de vida, lésbicas, migrantes, feministas comunitárias hoje antipatriarcais, reafirmamos nossa posição **NADA JUSTIFICA A VIOLÊNCIA!**

**Por um feminismo útil para a luta de nossos povos**  
**Por um feminismo capaz de questionar-se**

Adriana Guzmán, Jimena Tejerina, Diana Vargas, Julia Castillo

Escrito e comunicado interna e pessoalmente desde fevereiro, tornado público na madrugada de 24 de março de 2017, depois de muita reflexão.



NADA JUSTIFICA A VIOLÊNCIA!

### ***Comunicado 2/ Violência de Julieta Paredes***

Em março de 2017, tornamos pública a ruptura do feminismo comunitário na Bolívia denunciando a violência política, econômica, sexual e feminicida que Julieta Paredes exerceu contra a porta-voz da organização de quem havia sido companheira, e a violência psicológica, física e econômica exercida contra as integrantes da organização que decidiram se posicionar contra essas práticas, independentemente de idade ou vulnerabilidade. Denunciamos a partir de um posicionamento político consequente com a luta feminista, com a comunidade e com o bem viver. Denunciamos a partir da indignação porque Julieta Paredes também é especialista na Organização de Estados Americanos (OEA) para a Convenção Belém do Pará de luta contra a violência.

O Comunicado<sup>1</sup> de ruptura foi uma convocatória à autocrítica sobre as violências que se reproduzem em nossas práticas, organizações, estruturas e não estruturas. Há um ano deste, ouvimos pronunciamentos públicos em diferentes territórios que reafirmam: Nada justifica a violência! venha de quem vier. Há também quem a partir do caudilhismo e do machismo justificam as ações violentas e quem opta pelo silêncio. Por isso o Comunicado<sup>2</sup> é uma convocatória para aprofundar as reflexões, enfrentar os moralismos e familismos dentro dos feminismos e se posicionar a partir da vida frente a violência como ferramenta indispensável de nossas lutas.

Depois de buscar mecanismos internos, mediações e autocrítica para conter a violência, optamos pela denúncia penal. As provas apresentadas permitiram a imputação formal. Até o momento, o julgamento é sistematicamente atrasado e manipulado com tráfico de influências. Julieta Paredes sustenta que a Lei 348 que garante às mulheres uma vida livre de violência na Bolívia não é aplicável a lésbicas, que a violência familiar só é delito em famílias heterossexuais, que a lei é para julgar homens e ela é mulher. Todos argumentos falsos. Em cartas e em suas declarações admite ter exercido violência e justifica seus atos com os mesmos elementos que agressores e feminicidas. Ainda foge à ordem de restrição e mantém seu assédio, calúnia, descrédito e intimidação contra quem a denuncia. Como parte da investigação, outras companheiras da Bolívia e de outros países que também passaram por violências de Julieta Paredes têm se apresentado como testemunhas, ato de consequência que admiramos e abraçamos.

Um ano após a denúncia, a partir do Feminismo Comunitário, hoje Antipatriarcal, exigimos das organizações sociais, do movimento feminista e dos meios de comunicação do Estado da Bolívia, menos silêncios, menos cumplicidades e mais posicionamento frente a violência.

Agradecemos a difusão do comunicado<sup>2</sup> como parte do acordo de viver!

***Da indignação, março 2018, La Paz Bolívia.***

## **BIBLIOGRAFIA**

- AMORÓS, Celia (~2004): "Por una ilustración multicultural" en Quaderns de filosofia i ciencia 34, DOCUMENTO PARA EL FORO CON MARIELLA SALA, Madrid España, pp. 67-79.
- Apuntes críticos sobre el EFLAC. Por un feminismo sin escarapelas ni tarimas, ver <http://heroinadeloperiferico.blogspot.com>
- BELL et al. HOOKS (2004) "Otras inapropiables: feminismos desde las fronteras", Traficantes de Sueños, Madrid.
- BUTLER, Judith (1990) "Gender Trouble" Feminism and the subversion of identity, Routledge, New York.
- CURIEL Ochy, FALQUET Jules, (2012), "El Patriarcado al desnudo" Tres feministas materialistas: Colette Guillaumin - Paola Tabet - Nicole Claude Mathieu, Edición Brecha Lésbica, Buenos Aires - Argentina.
- DE MIGUEL, Ana (2002) "Feminismos", en AMORÓS Celia (dir.) 10 palabras clave sobre mujer, Editorial Verbo Divino, Navarra, 4ta edición, pag.217.
- FEDERICI, Silvia (2010) "Calibán y la Bruja" Mujeres, cuerpo y acumulación originaria, Historia 9, Traficante de Sueños, Madrid.
- JABARDO, Mercedes (2012), "Feminismos negros. Una antología", Traficantes de sueños. Mapas, Madrid.
- MIYARES, Alicia (1999), 1848: El manifiesto de "Seneca Falls", Revista LeviatanN0 75, pags.135-158, Madrid.
- KOLLONTAI, Alexandra (1907) "Los fundamentos sociales de la cuestión femenina". Tomado de la edición digital de Alexandra

Kollontai: los fundamentos sociales e la cuestión femenina V otros escritos, Tamara Ruiz (ed.). En lucha: España, 2011. <http://www.enlucha.org/site/?q=node/15895>.

- LONZI, Carla (1977) "Escupamos sobre Hegel, Escritos de "RivoltaFemminile", Editorial la Pléyade, Buenos Aires.

- LORDE, Audre (1986) "La hermana, la extranjera" Artículos y conferencias. Editorial horas y Horas, San Cristóbal, Madrid.

- MOGROVEJO, Norma (2012) "Movimiento lésbico feminista del Abya Yala: encuentros posicionamientos y tareas pendientes", Ponencia presentada en el IX ELFLAC, Copacabana, Bolivia.

- MONASTERIOS et. al. (2006) "No pudieron con nosotras: el desafío del feminismo autónomo de Mujeres Creando", Editorial Plural, la Paz Bolivia.

- RESTREPO A. & BUSTAMANTE X. (2009) "Encuentro Feministas latinoamericanos y del Caribe" Apuntes para una historia en movimiento, México. DF.

- ROWBOTHAM, Sheila (1980), "La mujer ignorada por la historia" Tribuna Feminista, Editorial Pluma Debate, Bogotá - Colombia.

- SENDÓN DE LEÓN, Victoria (2000)/ "¿Qué es el feminismo de la diferencia?: Una visión muy Personal", tomado de [http://www.nodoSO.org/mujeresred/victoria\\_sendonfeminismo\\_de\\_la\\_diferenda.html](http://www.nodoSO.org/mujeresred/victoria_sendonfeminismo_de_la_diferenda.html)

- SILVERBLATT, Irene (1990) "Luna, sol y brujas", Centro de estudios regionales andinos Bartolomé de las casas, Cuzco Perú.

- SHIVA Vadana, (1984) "Staying Alive, Woman, Ecology and Development", London: Zed.



- TAVARES M, DEIDRÉ M, MAGALHAES M, COELHO S (2009), "Feminismo(s) y Marxismo: ¿una boda "mal lograda"?", Colectivo de lesbianas feministas Josefa Camejo, Versión digital en: [www.insurrectasypunto.org](http://www.insurrectasypunto.org)
  
- TRISTÁN, Flora "Unión obrera", Ed. Fontamara, Barcelona, 1977. Introducción, traducción y notas de Yolanda Marco. La versión en castellano lleva el título de Feminismo y utopía - Unión obrera.
  
- VALCÁRCEL, Amelia (1991) "El derecho al mal", Apéndice de Sexo y filosofía, Anthropos, Barcelona.
  
- VITALE Luis, "El periodo de transición al patriarcado, bajo las formaciones sociales Inca y Azteca ([http://www.archivochile.com/Ideas\\_Autores/vitaleI/Slvcj05Ivc\\_mujerO009.PDF](http://www.archivochile.com/Ideas_Autores/vitaleI/Slvcj05Ivc_mujerO009.PDF), Chile pag 1 -7).
  
- VALCÁRCEL, Amelia (2004)"¿Qué es y qué retos plantea el feminismo?", Ponencia presentada en el Seminario Hacia la plena ciudadanía de las mujeres, Barcelona.
  
- VARELA, Nuria (2005) "Feminismo para principiantes", Ediciones B.S.A., Barcelona.
  
- WERLHOF C. M. Behmann. 2007, Teoría crítica del Patriarcado, Peter Lang 2019. Innsbruck Alemania.
  
- WOLLSTONECRAFT, Mary (1977) "Vindicación de los derechos de la mujer", Ed. Debate, Madrid.

**PIRATEIA E DIFUNDE!  
TODA PROPRIEDADE  
EH UM ROUBO!**





